



Secretaria de Estado da Educação

# CLIPPING

18, 19 e 20 de julho 2015



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Visor	<b>Data:</b> 18/07/2015
<b>Assunto:</b> PEE		<b>Página:</b> 02

# DIÁRIO CATARINENSE

## FOCO NA EDUCAÇÃO

Deputado Valdir Cobalchini, relator do Plano Estadual de Educação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), apresentou duas emendas ao projeto original buscando mais investimentos em regiões com Índices de Desenvolvimento Humano e Educacional (IDH e IDE) mais baixos. Nessas regiões, ele entende que dever ser priorizado o ensino integral. O Plano Estadual de Educação foi aprovado na CCJ e agora será discutido com a sociedade em oito audiências públicas pela Comissão de Educação. A meta é ir ao plenário em 2 de setembro.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Diário Catarinense	<b>Editoria:</b> Moacir Pereira	<b>Data:</b> 18/07/2015
<b>Assunto:</b> Negociações		<b>Página:</b> 10

# DIÁRIO CATARINENSE

## IMPASSE

Nota emitida pelo Sinte alerta que continua esperando proposta de reposição salarial do magistério de 13,01% ou a nova tabela do magistério. As negociações estão suspensas desde o dia 30 de junho, depois de cinco rodadas, justamente porque o governo não ofereceu a proposta salarial. A assembleia estadual dos professores está confirmada para o dia 5 de agosto.



Veículo: Notícias do Dia

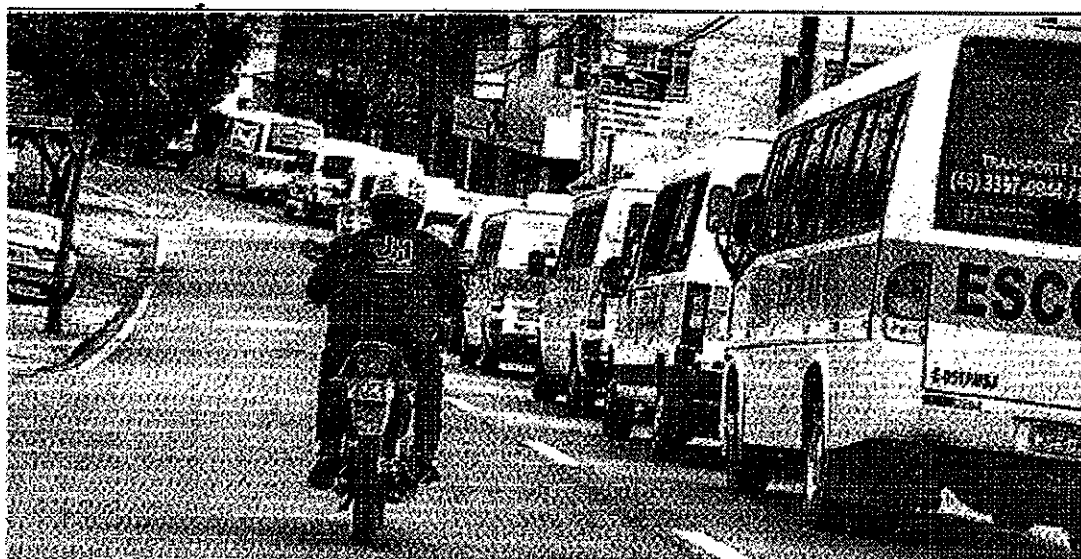
Editoria: Yula Jorge

Data: 18e19/07/2015

Assunto: Cadeirinha

Página: 20

## Notícias do Dia



MARCO SANTILACCO/ND

Lei da cadeirinha. Donos de veículos escolares questionam exigência no transporte de crianças

### Protesto de vans na Capital

Mais de 80 vans do transporte escolar se deslocaram lentamente na ponte Pedro Ivo Campos, em Florianópolis, com buzinações e faixas, na manhã dessa sexta-feira. O ato chamou a atenção de quem trafegava pelo local e deixou o trânsito complicado na região. O protesto fez parte de um ato nacional contra a obrigatoriedade do uso da cadeirinha para o transporte nos veículos escolares. A medida é do Contran (Conselho Nacional de Trânsito) e passa a valer a partir do dia 1º de fevereiro de 2016.

De acordo com o presidente do Sindicato do Transporte Escolar de São José, Pedro Januário de Souza, o principal problema para a implantação do uso da cadeirinha está na adaptação das vans, que não estão preparadas para essa mudança. "Já foi feito o teste. Para usar a cadeirinha é preciso ter o

cinto de três pontas, e 95% dos veículos têm de duas pontas. Como serão os custos para essa adaptação? O governo infelizmente lava as mãos", reclamou.

Além do uso da cadeirinha, os motoristas de vans questionam a falta de incentivos fiscais. A categoria luta pela isenção do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e IPVA (Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores), o que dificulta a aquisição de veículos e sua posterior adaptação.

A padronização tem custos elevados, resalta o presidente do Sindicato de Transporte Escolar, Pedro Januário de Souza. "Hoje, em média, uma van custa R\$ 100 mil, com a padronização, o veículo passa para R\$ 180 mil a R\$ 250 mil", afirma.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> A Notícia	<b>Editoria:</b> Moacir Pereira	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Assunto:</b> Negociações		<b>Página:</b> 08

# ANOTÍCIA

## Impasse

Nota emitida pelo Sinte alerta que continua esperando proposta de reposição salarial do magistério de 13,01% ou a nova tabela do magistério. As negociações estão suspensas desde o dia 30 de junho, depois de cinco rodadas, justamente porque o governo não ofereceu a proposta salarial. A assembleia estadual dos professores está confirmada para o dia 5 de agosto.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Editoria:</b> Blog Moacir Pereira	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Assunto:</b> Negociações		<b>Página:</b> Online



### Professores: impasse nas negociações

Nota emitida pelo Sinte alerta que continua esperando proposta de reposição salarial do magistério de 13,01% ou a nova tabela do magistério. As negociações estão suspensas desde o dia 30 de junho, depois de cinco rodadas, justamente porque o governo não ofereceu a proposta salarial. A assembleia estadual dos professores está confirmada para o dia 5 de agosto.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> G1 Santa Catarina	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Assunto:</b> Reposição de aulas		<b>Página:</b> Online



# SANTA CATARINA



### **Para repor dias parados, alunos têm aulas aos sábados e nas férias em SC**

*Escolas iniciaram calendário de reposição, após greve de mais de 2 meses. Ao menos 537 unidades suspenderam o recesso de julho, para compensar.*

Escolas da rede estadual de ensino já começaram a repor as aulas perdidas durante mais de 60 dias da greve dos professores. Algumas unidades suspenderam as férias de julho e fizeram dos sábados, dias letivos (veja no vídeo acima).

De acordo com a reportagem da RBS TV, 537, dos 1.100 colégios estaduais, vão emendar o período de recesso, para compensar o tempo perdido. Eles ficam no Vale do Itajaí, Grande Florianópolis, Sul e Norte de Santa Catarina. O secretário de Estado da Educação, Eduardo Deschamps, informou em maio que ao menos 20 mil alunos foram afetados.

Entre 24 de março e 3 de junho, professores da rede estadual de ensino pararam as atividades. Eles reivindicavam, principalmente, a elaboração do plano de carreira do magistério estadual, de acordo com o Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC).

#### Entenda a greve dos professores catarinenses

#### Compensação

A escala de reposição foi definida em reuniões entre professores, pais e responsáveis dos alunos em cada instituição. O novo calendário deve garantir que os estudantes tenham 200 dias letivos ou 800 horas/aula. "Cada escola recebeu a orientação, para que juntos definam o calendário de reposição", explica o gerente de educação da Grande Florianópolis, Dagmar Pacher.

Além da reposição durante as férias de julho e aos sábados, os alunos também podem ter até seis aulas por dia - normalmente, são cinco por dia. "Eu acho legal os professores lutarem pelo que é deles, mas quem sempre acaba pagando o pato é nós", diz a estudante do Instituto Estadual de Educação, Thalia Miranda.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Em alguns locais, as aulas serão "esticadas" até janeiro de 2016. O maior colégio catarinense, o Instituto Estadual de Educação, em Florianópolis, é uma das instituições onde os trabalhos serão estendidos até o próximo ano.

"A gente tem que fazer uma nova programação, se reprogramar, porque o importante nesse momento é a gente garantir o conteúdo para o aluno", explica o diretor do Instituto, Vendelin Borguezon.

Alguns estudantes estão preocupados com este cronograma ampliado de reposição, principalmente, aqueles que estão no último ano do ensino médio - o terceiro. Além da reposição e das aulas normais, muitos estão se preparando para a maratona de vestibulares no final do ano.

"Nós vamos entrar para concorrer com colégios particulares, então nós precisamos estar preparados. Vai ter que ser corrido, mas eu vejo que foi a única solução encontrada mesmo, para esse problema que nós tivemos", analisa o aluno Ramom Andrade. "Nós vamos ter que correr atrás agora, porque é o nosso futuro que está em jogo", conclui Matheus Paulo, outro estudante.

### Greve

Professores mantêm greve e ocupam Assembleia Legislativa nesta quinta-feira (14), em Florianópolis, Santa Catarina (Foto: Anderson Pinheiro/Agência O Dia/Estadão Conteúdo)

Professores ocuparam duas vezes a Assembleia Legislativa, em Florianópolis (Foto: Anderson Pinheiro/Agência O Dia/Estadão Conteúdo)

A categoria ficou em greve de 24 de março a 3 de junho, quando decidiram retomar aos trabalhos por 60 dias, quando deve haver nova assembleia. De acordo com a Secretaria de Estado da Educação, cerca de 5%, aproximadamente 2 mil professores, estavam sem dar aulas. O Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC) informou que 20% dos professores do estado ficaram parados.

Durante a paralisação, um grupo de professores ocupou duas vezes a Alesc. A primeira ocupação foi entre 7 e 9 de abril. Depois, eles ficaram um mês entre 28 de abril e 29 de maio.

Eles deixaram o local na segunda ocupação devido à notificação recebida do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) que emitiu liminar determinando aos grevistas ficarem a mais de 200 metros distantes de prédios públicos. Eles ocupavam o saguão desde 28 de abril.

Outra determinação do TJ em relação à greve foi uma liminar que para que governo suspendesse imediatamente a contratação de temporários para substituir os grevistas.





## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Nota 10	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Assunto:</b> e-MEC		<b>Página:</b> Online



# Cursos e instituições podem ter situação acompanhada on-line

A situação dos cursos e das instituições da rede federal de educação superior do país pode ser verificada on-line, pelos cidadãos brasileiros, na plataforma e-MEC do Ministério da Educação. Da mesma forma, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento e obtêm autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos.

A plataforma e-MEC permite às instituições a pesquisa por nome ou sigla, por categoria administrativa (se públicas ou particulares, federais, estaduais ou municipais) e forma de organização acadêmica (se faculdades, universidades, centros universitários ou institutos federais). Para os cursos, as pesquisas podem ser feitas por nome do curso, estado, município e quanto à gratuidade e à modalidade.

Em funcionamento desde 2007, a plataforma e-MEC permite ainda a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação da educação superior.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Hora de Santa Catarina	<b>Editoria:</b> Mario Motta	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Assunto:</b> Cadeirinha	<b>Página:</b> on-line	



### **Mário Motta: vans protestam pedindo mais prazo para adotar uso de cadeirinhas**

*Carreata é contra a Resolução 533/2015 do Denatran, que estabelece novas normas de padronização das vans escolares*

Na manhã de sexta-feira, cerca de 100 vans protestaram em carreata pelas ruas das cidades da Grande Florianópolis contra a Resolução 533/2015 do Denatran, que estabelece novas normas de padronização das vans escolares.

Pelo que me disse Pedro Souza, presidente do Sindicato de Vans Escolares de São José, se a Resolução for confirmada, apenas micro-ônibus vão conseguir atender todas as exigências, o que causaria um enorme prejuízo para os pequenos empresários.

Outra polêmica é a obrigatoriedade do uso de cadeirinhas para crianças até sete anos e meio. Os proprietários de vans não são contrários ao aumento da segurança, mas para usar cadeirinhas, há a necessidade de cintos de três pontos e as vans saem da fábrica com cintos de dois pontos.

A mobilização é nacional e a expectativa é que os eles sejam chamados para discutir a implementação dessas novas medidas.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Assunto:</b> Gênero		<b>Página:</b> Online

UM JORNAL EXERCÍCIO DE RESPONSABILIDADE WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

### **Discussão sobre gênero volta à pauta da educação com nova diretriz**

Após longas discussões na Câmara dos Deputados, a palavra "gênero" foi banida do texto final do PNE (Plano Nacional de Educação), que traça diretrizes para o setor, em vigor desde o ano passado.

Em seguida, Estados e municípios, pressionados por bancadas religiosas, tiraram referências à questão de gênero de suas diretrizes para a próxima década. Agora, o termo volta ao ambiente educacional com o aval do MEC (Ministério da Educação).

Além de uma carga horária mais extensa, as novas diretrizes para a formação dos professores defendem que o estudante conclua a graduação pautado por uma "educação inclusiva".

Isso deve ser feito, de acordo com as novas diretrizes, "através do respeito às diferenças, reconhecendo e valorizando a diversidade étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, entre outras".

Integrante do Conselho Nacional de Educação e um dos responsáveis por formular as medidas, José Fernandes de Lima diz que a ideia é frisar o já estabelecido pela Constituição, que prevê a construção de uma sociedade "sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação."

Para especialistas em educação, explicitar o termo indica uma mudança positiva.

A ausência dessas questões nas diretrizes anteriores limitava a formação de professores, diz Marcelo Soares, diretor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Uberlândia.

"Não dá para a escola lidar só com um modelo de família", diz Jimena Furlani, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina e estudiosa de questões de gênero.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Temas como diversidade e orientação sexual foram retirados de ao menos oito planos estaduais de educação após pressão de parte da bancada religiosa no Legislativo.

Entre os itens vetados dos documentos, estão programas de formação de professores sobre esses temas e levantamentos sobre a situação de travestis e transgêneros.

Os defensores da supressão desses pontos criticam o que chamam de "ideologia de gênero". Para eles, trata-se de uma tentativa de distorcer os conceitos de homem e mulher, destruindo o modelo tradicional de família.

"É o cúmulo do absurdo", afirma o deputado federal pastor Eurico (PSB-PE). Ele critica a abordagem do tema em planos estaduais e municipais de educação. "Onde pudermos bater de frente, vamos bater. Não abrimos mão dos princípios."

Questionado sobre o tema, o ministério afirmou que já desenvolve políticas educacionais para capacitar professores para lidarem com as questões de gênero.

"O MEC entende que é necessário apoiar, por meio de políticas públicas, os sistemas de ensino a estimularem as escolas para que insiram o debate sobre preconceito, discriminação, violências no cotidiano escolar, com a participação da comunidade e outros setores sociais", afirma a nota.



## SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

<b>Veículo:</b> Folha de São Paulo	<b>Editoria:</b> Educação	<b>Data:</b> 20/07/2015
<b>Assunto:</b> Formação		<b>Página:</b> Online

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL \* \* \* WWW.FOLHA.COM.BR

# FOLHA DE S. PAULO

## **Governo aumenta carga horária de cursos de formação de professores**

Os futuros professores vão passar mais tempo em sala de aula, como alunos, antes de começarem a atuar em definitivo na própria sala de aula.

Na tentativa de melhorar a formação desses profissionais, o Ministério da Educação ampliou de três para quatro anos o tempo mínimo de formação exigido em todos os cursos de licenciatura do país.

Ou seja: das atuais 2.800 horas, os cursos passam a ter, obrigatoriamente, no mínimo 3.200 horas, com mais atividades práticas.

As medidas fazem parte das novas diretrizes para a formação de professores, elaboradas pelo CNE (Conselho Nacional de Educação) e aprovadas pelo governo neste mês. As instituições terão dois anos para se adequar.

Segundo o conselheiro José Fernandes de Lima, a ideia é reforçar a didática, além do conteúdo, e aproximar os futuros professores da realidade da sala de aula.

"Antes, os cursos ficavam mais preocupados em ensinar a matemática, por exemplo. Agora, queremos que tenha matemática, mas que possam ensinar também o que é escola", afirma. "Corríamos o risco de formar um professor que praticamente não tinha experiência."

O documento aprovado pelo governo também prevê mudanças para os professores que querem fazer uma segunda licenciatura -como um docente de geografia que queira ensinar ciências sociais, por exemplo.

Nesses casos, a carga horária mínima varia entre 800 e 1.200 horas. A parcela desse total em estágios passa de 200 para 300 horas.

Atualmente, dos 2,2 milhões de professores da educação básica, 76% têm formação superior. Destes, 89% fizeram cursos de licenciatura. Os dados são do censo da educação básica de 2014.

A licenciatura é exigida por lei para professores que dão aula a partir do 5º ano (antiga 4ª série). Para as etapas de ensino anteriores, é admitida formação em nível médio.